

Rogério Coelho Neto

**N**estas 48 horas que antecedem a elaboração do substitutivo do deputado Bernardo Cabral ao anteprojeto da nova Constituição, o governador Wellington Moreira Franco fará desfilar em Brasília preocupações que vão além da ordenação da reforma tributária ampla, considerada ponto de honra para as grandes lideranças estaduais e municipais do PMDB.

Entre as reuniões de trabalho com os demais governadores para fecharem a questão, por exemplo, em torno de um item do anteprojeto original do relator da Comissão de Sistematização que dá aos estados o direito de fixarem tributos sobre determinadas atividades — ganhos de capital e venda de gasolina em postos de serviço, entre outros —, Moreira terá de ficar de olho no intenso debate em torno da desfusão.

Para o governador do Rio de Janeiro a questão da desfusão é realmente tão importante quanto a da reforma tributária. E que, restabelecida, por hipótese, a autonomia dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, através de um plebiscito, no ano que vem, o seu mandato, mesmo respeitado, pouco valerá. O atual estado que o ex-presidente Ernesto Geisel criou, em 1974, através de uma lei complementar arrancada na base do *forceps* de um Congresso amedrontado pelo AI-5, completaria o seu ciclo de vida, de um ou dois anos após a consulta plebiscitária, marginalizado a nível de futuros investimentos econômicos.

Quem afirmar que a fusão foi boa para os antigos estados do Rio e Guanabara estará mentindo. Ela endividou a Guanabara, que vivia confortavelmente como cidade-estado — um quase território livre dentro de uma federação que começava a ser violentamente aviltada naquela metade dos anos 70. O velho Estado do Rio, da primeira Câmara Republicana que se instalou em Itaperuna e de legendárias tradições políticas e culturais; perdia, por sua vez, uma individualidade feita hino de fé de seu povo.

Em favor da desfusão, os políticos mais tradicionalistas do interior fluminense, como os deputados José Maurício (ex-secretário de Minas e Energia e uma das mais importantes lideranças do PDT) e Adolpho de Oliveira (líder do PL na Constituinte) alegam, justamente, que a devolução da autonomia aos antigos estados do Rio e Guanabara, além de corrigir uma aberração constitucional — a mexida no mapa do Brasil sem a necessária consulta plebiscitária —, recomporia, de um lado e outro da ponte Rio-Niterói, velhas e importantes tradições históricas ou realidades econômicas.

O grande risco que esses tradicionalistas não estão levando em conta — causa maior das preocupações de Moreira Franco e certamente das autoridades federais ligadas à área econômica do governo José Sarney — é o custo de um projeto de desfusão. Não se discute aqui o erro do ex-presidente Ernesto Geisel, que se decidiu pela fusão de maneira atabalhoada, sem estudos

sérios de viabilidade econômica e sem a convocação do plebiscito. Geisel acreditou numa velha máxima que dizia que a Guanabara era uma cabeça sem corpo e o Estado do Rio um corpo sem cabeça. Ao juntar, porém, as duas partes, o velho general acabou por criar um monstro. Acontece que pessoas habilidosas, como o almirante Faria Lima, que foi o executor da fusão, deram um toque de humanidade ao monstro gerado pela lei complementar nº 20. Hoje, manda a verdade que se diga, passados 12 anos do início do projeto fusionista, o monstro assumiu ares de pessoa normal e pode andar livremente por aí sem assustar ninguém.

O apego, em linhas gerais, a um plebiscito que deveria ter havido mas não houve, se a razão puder se sobrepor ao coração, não deve ser levado em conta na hora da grande decisão. O governador Moreira Franco joga, por isso mesmo, com dados que dizem respeito apenas à realidade, ao atual momento político e econômico de um estado unificado que não pode e não deve, de repente, trocar a certeza do presente pela incerteza do futuro.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a Federação dos Clubes dos Diretores Lojistas e a Associação Comercial da capital fluminense, entre outros órgãos de peso do universo empresarial do Estado do Rio, dispõem de dados que provam que a desfusão, a está altura dos acontecimentos, se constituiria em um desastre. Sem nenhum desdouro para as populações piauiense e sergipana, fica fácil observar que a revogação agora do que foi iniciado há 12 anos poderá, quanto a dificuldades econômicas latentes, criar no conjunto da federação brasileira, cuja autonomia os governadores tentam reimplantar, um estado que viverá problemas idênticos aos enfrentados hoje pelo Piauí e por Sergipe.

Admitindo-se que o Estado da Guanabara possa recuperar, daqui a quatro ou seis anos, passado o impacto maior da desfusão — um projeto que poderá ser de terra arrasada —, toda a potencialidade econômica do passado, o país terá contraído o ônus da gestação inconsequente de um outro Estado do Rio, sem fontes de receita definidas e que terá de viver de pires na mão atrás do governo federal. Evitar esse absurdo, principalmente quando chegou ao Palácio Guanabara, no coroamento de uma eleição das mais disputadas, um governador comprometido com as reivindicações maiores do interior, é dever de todos.

A história dos povos ensina que nenhum erro pode ser corrigido por outro. Apelar, pois, para um plebiscito distante no tempo não passa de um exercício de pura inconsequência para quem foi contra ou a favor da fusão, nos difíceis dias de 1974. A fusão está feita e o novo Estado do Rio, que emergiu dela, começa a caminhar com as suas próprias pernas. Cariocas e fluminenses estão, em suma, diante de um processo histórico. E os processos históricos — saímos do jugo colonialista para a Independência e do Império para a República sem consultas plebiscitárias — são irreversíveis.